

XXIV Plenária Nacional do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

3,4 e 5 de março de 2023 – São Paulo (SP)

Plano de Ação do FNDC 2023-2025

Neste cenário dinâmico de incertezas, onde de um lado vivemos uma renovação das nossas esperanças e do outro presenciamos as forças conservadoras utilizando-se de todos os recursos para desestabilizar o Governo eleito e viabilizar mais um golpe. Entendemos que a prioridade do FNDC para esse próximo período é:

- 1) Organizar e fortalecer os Comitês locais, para defender o Estado Democrático de Direito e a Democratização dos meios de Comunicação;
- 2) Apresentar para o Governo a nossa agenda que está construída ao longo da nossa história, garantindo o pleno diálogo social;
- 3) Fortalecer as instituições públicas e comunitária de comunicação, garantindo a participação da sociedade civil nos espaços de controle social e cobrando a criação dos Conselhos de políticas públicas, principalmente os ligados a comunicação.

Numa sociedade dividida, é fundamental que estejamos articulados e tenhamos unidade em nossas ações, pensarmos diferente faz parte da nossa existência, mais é fundamental, neste momento em que presenciamos uma conjuntura que aponta para uma ruptura democrática, estarmos unidos para defendermos o nosso projeto de uma sociedade democrática e inclusiva.

1) ORGANIZAR E FORTALECER OS COMITÊS LOCAIS

Para darmos conta desta tarefa precisamos repensar e reestruturar as instâncias do FNDC, apontamos para 24ª Plenária Nacional um caminho, que deve ser atualizado, sempre que necessário:

a) Comitês Estaduais e regionais

Os comitês estaduais e regionais do FNDC devem ser espaços abertos, coletivos e colaborativos, mas com um mínimo de organização funcional. Cada Estado deve moldar a estrutura e organização do comitê de acordo com sua realidade, respeitando as diretrizes estatutárias, e sempre visando a mais ampla participação e a unidade do movimento. Manter regularidade nas reuniões e fazer chamados abertos, não apenas para as entidades e ativistas filiados.

É fundamental que os comitês definam quais são as agendas do direito à comunicação em seus locais e que consigam a partir dos eixos estratégicos definidos na Plenária do FNDC atuar localmente na articulação política, mobilização e incidência para a promoção de políticas públicas locais. No atual cenário, mais do que reproduzir nos



Estados as campanhas nacionais do FNDC, é preciso que os comitês pela democratização da comunicação consigam traduzir a agenda geral em ações locais. abaixo relacionamos ações a serem desenvolvidas:

- Incentivar a participação nos Estados das articulações do movimento social – comitês da Frente Brasil Popular, da Frente Povo Sem Medo – e outras iniciativas locais para, inclusive, levar a agenda da comunicação para estes espaços políticos, promovendo, quando possível, ações/formações pensadas com e para adolescentes, jovens e estudantes de modo que se integrem desde cedo à pauta da democratização da comunicação;
- Levar a agenda da comunicação para estes espaços políticos;
- Realizar nos Estados e municípios atividades públicas com foco nas políticas locais de comunicação, tendo como base o documento produzido pela Executiva Nacional, buscando engajar candidatos/as à agenda do direito à comunicação;
- Estimular os Comitês de enviarem mensalmente as ações e tarefas desenvolvidas localmente para que elas sejam divulgadas nos canais de comunicação do FNDC;
- Realizar ações para apresentar a história do FNDC para os Comitês e para as entidades nacionais que integram o fórum.

b) Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo precisa ser o centro político do FNDC entre as suas plenárias. As dificuldades financeiras e também a baixa compreensão política das entidades sobre o papel do Conselho têm sido obstáculos para que o CD cumpra esse papel. É preciso inovar e buscar formas dinâmicas e criativas de envolver as entidades e comitês integrantes do CD no dia a dia do Fórum, para isso devemos:

- Criar grupos de trabalho ligados aos temas com os quais o FNDC tem atuado, especialmente os que dizem respeito aos eixos prioritários de atuação do Fórum para o próximo período;
- Realizar um curso de formação com as entidades integrantes do Conselho Deliberativo para que todos possam ter um conhecimento básico das principais agendas do FNDC, especialmente dos eixos prioritários e realizar formação sobre temas prioritários também com organizações locais;
- Envolver as entidades/comitês do Conselho Deliberativo pontualmente em, pelo menos, uma tarefa para a concretização do Plano de Ação aprovado na plenária;
- Realizar reuniões virtuais do Conselho Deliberativo com maior frequência para buscar dar mais dinamismo ao envolvimento das entidades.

c) Executiva do FNDC

A Executiva do FNDC é composta por 7 entidades nacionais filiadas ao FNDC, essas são eleitas para cumprir um mandato de 2 anos e para tal, indicam um representante. É preciso ter claro que o mandato é da entidade. Nesse sentido, as assimetrias que temos vivenciado no envolvimento dos integrantes da Executiva na construção cotidiana do FNDC deve ser vista como uma responsabilidade da organização. Além disso, consideramos fundamental que as demais organizações que compõem o FNDC, sobretudo, as que integram o Conselho Deliberativo, participem ativamente na execução



das tarefas organizativas e políticas. Devemos compreender o FNDC como um espaço coletivo e não de indivíduos, para tanto a ação da executiva deve:

- Criar Grupos de Trabalho ligados às diferentes secretarias que compõem a Executiva do FNDC de forma a compartilhar as responsabilidades na execução de tarefas nacionais e locais como comunicação, mobilização, articulação, formação, finanças entre outros;
- Produzir um documento base de políticas locais de comunicação que possa subsidiar a atuação dos comitês locais no engajamento de candidatos/as na pauta do direito à comunicação;
- Disponibilizar para as entidades nacionais e comitês do FNDC, a cada reunião, o nome dos responsáveis da Executiva pelas tarefas e ações definidas, como forma de dar mais transparência e agilidade ao trabalho tanto da Executiva, quanto das entidades e Comitês.
- A coordenação do FNDC terá como horizonte a busca por desenvolver e utilizar plataformas não proprietárias que coletam dados, optando pelo uso de softwares livres.

Por fim O FNDC, as entidades nacionais filiadas e os seus comitês devem:

- Organizar audiências públicas nos Estados para discutir o fortalecimento da comunicação pública, na perspectiva de fortalecer a EBC, emissoras públicas estaduais e universitárias;
- Engajar-se na articulação de redes de comunicação pública locais e/ou regionais e incidir nas articulações já em curso, visando promover o fortalecimento da comunicação pública;
- Cobrar compromisso dos/as governantes em âmbito local e políticas públicas do governo federal de garantia da universalização do acesso à internet tendo como base as formulações da Campanha Banda Larga é Direito Seu e da Campanha Internet Direito Seu, realizadas com ampla parceria do FNDC;
- Promover ações de formação junto a coletivos e movimentos que não são específicos da comunicação sobre a desigualdade de acesso à internet no Brasil e suas implicações para a educação, o trabalho cotidiano (teletrabalho) e para o próprio acesso a outros direitos, para que possam nos apropriar do tema e incidir de forma mais qualificada;
- Promover ações em conjunto com coletivos e movimentos que não são específicos da comunicação para reivindicar a universalização do acesso à internet no Brasil, com ênfase nos movimentos estudantis, nas articulações sindicais de professores, entre outros;
- Dialogar e participar junto à Fenaj e outras entidades do debate sobre a taxação das grandes plataformas digitais e suas redes sociais para a criação de um fundo de Apoio e Fomento ao Jornalismo e aos Jornalistas visando financiar uma informação de qualidade ao cidadão;
- Apoiar a criação plataforma para divulgar notícias exclusivamente produzidas por jornalistas profissionais, vinculadas aos sindicatos da categoria e submetidas ao código de ética da profissão;



- Reivindicar, em diálogo com movimentos e coletivos, a urgência em garantir estrutura física e meios para incluir digitalmente povos, comunidades tradicionais, população rural e periférica, garantindo condições para um acesso efetivo à internet, com qualidade de sinal mesmo em situações de incapacidade de contratação onerosa;
- Disputar a divisão do espectro eletromagnético para garantir espaço adequado para a comunicação pública e para a autonomia das populações e povos tradicionais;
- Avançar em formulação sobre agências reguladoras para as comunicações em meio à convergência digital, considerando à pressão que virá para o ingresso na OCDE.

2) APRESENTAR PARA O GOVERNO A NOSSA AGENDA

Ao longo da nossa história construímos uma agenda que aborda todos os aspectos relacionados a democratização dos meios de comunicação, nessa agenda temos determinados pontos que remontam a fundação do FNDC e ainda são atuais. Atualizamos o plano de lutas aprovado na 23ª Plenária, que é resultado do acúmulo dos nossos debates.

Uma das principais ações para esse novo período passa por uma articulação nacional do movimento pela democratização da comunicação para reivindicar do governo a realização da II Conferência Nacional de Comunicação (II Confecom). Também devemos estabelecer metas, cronograma de trabalho e reuniões de avaliação periódicas para a efetivação das propostas da I Confecom.

Como instância central para efetivação de uma política de comunicação democrática e diálogo com a sociedade, a ocupação do assento do Ministério da Comunicação deve ser por pessoas alinhadas à defesa dos direitos e da democracia.

CONCENTRAÇÃO DA MÍDIA E DA INTERNET

Continuaremos denunciando os danos que o cenário oligopolizado nos meios de comunicação traz ao país e lutaremos pela sua democratização, buscando reverter o cenário de elevada concentração da comunicação, onde 5 grupos controlam os 26 principais veículos de mídia no país.

Continuaremos defendendo a regulamentação do Capítulo V da Constituição Federal, em especial das regulamentações da proibição da constituição de monopólios e oligopólios na comunicação e da regionalização da produção cultural, artística e jornalística.

Além disso, seguiremos apontando a concentração no setor de telecomunicações e combatendo a privatização da infraestrutura das telecomunicações, a exemplo da luta que travamos contra a entrega dos bens reversíveis às empresas privadas concessionárias dos serviços de telefonia fixa e a denúncia que temos feito ao modelo de gestão e privatização do novo satélite geostacionário.

Precisamos resistir ao acelerado processo privatização e desnacionalização das telecomunicações. Precisamos seguir e incidir no debate de redes neutras, sobre pequenos provedores, direito ao espectro, especialmente comunidades tradicionais, disputar o FUST e redes nas áreas remotas. Sabemos que a concentração na infraestrutura impacta diretamente o direito de acesso à internet, considerado um direito



essencial para a garantia da cidadania dos/as brasileiros/as. Nesse sentido, é importante que o governo fortaleça a Telebras, tornando-a uma empresa pública chave para a implementação de políticas públicas de conectividade.

As mudanças no setor nos fizeram ampliar este debate para além da radiodifusão – ainda bastante concentrada – para questionarmos também os monopólios digitais, ou seja, aqueles que operam na camada do conteúdo da internet. Empresas da chamada mídia tradicional tem promovido uma acelerada migração para o ambiente online e isso implica na reprodução de monopólios na rede. Basta verificar quais são os portais de notícias mais acessados no país para entender que o poder e o controle se mantêm nas mesmas mãos. Internacionalmente, empresas como Amazon, Facebook e Google ampliam seus tentáculos sobre o controle dos conteúdos e, principalmente, sobre o controle das sociabilidades conectadas, na medida em que operam circuitos de redes cada vez mais fechados e autorreferenciados.

O Brasil precisa voltar a debater a implantação da transmissão de rádio aberta digital. A TV é digital, a TV por parabólica popular é digital. O rádio também precisa avançar. Há um espaço no rádio AM, tanto nas ondas médias quanto nas ondas tropicais e curtas, que foi abandonado pelos radio difusores capitaneados pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - Abert. O AM digital no sistema DRM oferece qualidade de áudio superior ao FM, proporciona economia média de 80% na energia elétrica, proporciona a transmissão de imagens ao receptor. O rádio digital oferece diversas possibilidades de avanço técnico e de difusão de conteúdo. Somos contra o fim do rádio AM no Brasil, e as frequências do rádio da Amplitude Modulada tem que ser disponibilizadas para as entidades do movimento social brasileiro. Apoiamos a retomada dos testes da transmissão digital em ondas curtas pela Rádio Nacional da Amazônia.

Ações Prioritárias:

- 1) Elaborar nova proposta de regulamentação das comunicações em um cenário de convergência, lutando pela criação de espaços multissetoriais de discussão de políticas de comunicação com o governo. O espaço ideal para elaboração dessa proposta é um grupo de trabalho ou comitê multissetorial, composto por governo, academia, sociedade civil e setores empresariais para discuti-la.
- 2) Precisamos organizar uma campanha sobre os impactos do monopólio privado para a liberdade de expressão e para retirada de direitos sociais. Acompanhando e denunciando as irregularidades na expedição e exploração das concessões de rádio e televisão, bem como dos arrendamentos e do controle de emissoras por políticos e grupos religiosos visando criar subsídios para os debates das renovações das concessões;
- 3) Denunciar, em conjunto com outras organizações, as violações de direitos humanos e também os ataques uníssonos da mídia aos direitos sociais conquistados (leis trabalhistas, previdência, bem como a repressão da comunicação comunitária), sempre relacionando a concentração dos meios de comunicação aos impactos que isso traz à diversidade de opiniões;
- 4) Promover cada vez mais ações que visem incluir os movimentos negros, de mulheres, de pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, populares, sindicais



e sociais" no movimento da democratização da comunicação, buscando construir relação mais orgânica e efetiva;

5) Defender e cobrar do Governo Federal e do Congresso Nacional, o estabelecimento de implementação de políticas públicas, que dialogue com a sociedade civil e vise:

- A regulação da atuação, no País, das plataformas digitais, de modo a combater a desinformação, o discurso de ódio, a violência na Internet e práticas de mercado abusivas, que levem a oligopólio;

- A taxação das plataformas digitais por meio da criação de uma CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, para alimentar o Fundo Nacional de Apoio e Fomento ao Jornalismo;

- A universalização do acesso ao serviço de banda larga;

- Implementação de políticas e ações de educação midiática e educomunicação, aproximando educadores(as), educadores(as), crianças, adolescentes, jovens e pessoas idosas nas discussões pelo direito à educação, com metodologias e materiais adequadas às suas fases de desenvolvimento e habilidades cognitivo-comportamentais.

- Apoiar redes de compartilhamento de conteúdo entre entidades participantes no Fórum e divulgar as redes já existentes, para potencializá-las.

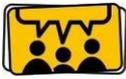
LIBERDADE DE EXPRESSÃO, CENSURA E DEMOCRACIA

Nos últimos anos assistimos a uma escalada autoritária e uma institucionalização da censura no país. Nos primeiros anos da Campanha Calar Jamais! foram coletados 66 casos de violações à liberdade de expressão, e sabemos que essas violações foram intensificadas no último período. O Relatório da Calar Jamais! foi entregue a autoridades nacionais e organismos internacionais de defesa de direitos humanos. Com o reposicionamento da campanha feito em 2018 buscamos incidir para além da denúncia, sensibilizando as pessoas sobre os desafios de garantir o direito à comunicação e disputando a narrativa sobre a própria liberdade de expressão.

Nesse sentido, o FNDC por sua natureza, precisa ser um dos polos de articulação das várias iniciativas já produzidas por outras entidades para dar mais unidade e sinergia às iniciativas de denúncias contra as violações à liberdade de expressão. A exemplo da importante conquista que tivemos no início de 2020, com o agendamento da audiência sobre liberdade de expressão na OEA, em que o FNDC foi protagonista de uma ação conjunta, precisamos reunir esforços para seguir amplificando as denúncias dentro e fora do país.

Em 20 outubro de 2022 foi lançado o novo relatório da Campanha Calar Jamais que contou com o apoio da FES para a sua confecção, a publicação traz 110 denúncias de violação à liberdade de expressão no país. A FENAJ também trouxe o relatório de agressões a jornalistas que dá uma radiografia do elevado ataque a liberdade de expressão no país.

Precisamos participar de todas as articulações em defesa da democracia e da liberdade de expressão e de imprensa que estão sendo promovidas em âmbito nacional e local e nessa linha a participação do FNDC no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) tem sido fundamental para construir pontes e ações unificadas com outras entidades do campo dos direitos humanos e da defesa da liberdade de expressão. Atividades promovidas pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD),



Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e outras, também precisam ser incorporadas em nossos calendários e contar com a participação da nossa militância cobrando a responsabilização do Estado quanto à integridade física de jornalistas e comunicadores, estabelecendo diálogo com o Estado referente ao Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos

Ações Prioritárias:

- 1) Seguir denunciando as violações à liberdade de expressão aos organismos internacionais nos moldes do que fizemos durante a visita do relator da OEA para Liberdade de Expressão ao Brasil, Edison Lanza, em 2019 e que resultou em audiência sobre o tema realizada no Haiti em março de 2020;
- 2) Seguir denunciando as violações à liberdade de expressão e a violência contra jornalistas e profissionais de comunicação que vem sendo promovida por governos estaduais, tanto no ambiente virtual quando no cotidiano presencial;
- 3) Realizar atividades nacionais e nos estados para promover a Campanha Calar Jamais! e, sendo possível, produzir artigos, informes ou notas públicas denunciando casos de censura e ataque às liberdades democráticas que possam ocorrer nos Estados e municípios;
- 4) Organizar a divulgação do novo Relatório da Campanha Calar Jamais!, entregando-o para autoridades, realizando debates sobre o relatório nos Estados, e fomentar a elaboração de relatórios estaduais sobre violações à liberdade de expressão, com a organização de audiências públicas e atos sobre o tema;

PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS E DESINFORMAÇÃO

A privacidade, bem como a autodeterminação informativa, assegurada por meio do estabelecimento de regras para o tratamento de dados pessoais, são fundamentais para a liberdade de expressão e acesso à informação. No atual cenário a proteção de dados pessoais e o direito à privacidade ganham ainda maior relevância, uma vez que os dados são a base do atual modelo de negócios na fase atual do capitalismo. Cabe ressaltar ainda o papel que a coleta de dados pessoais tem tido nos processos eleitorais, em especial, quando da utilização desses dados para reprodução massiva de conteúdos nem sempre pautadas em princípios éticos.

As “Fake News” nos últimos anos têm causado estrago em diversas democracias pelo mundo, o uso de informações falsas combinado com a captura de dados, e operando via as bigtechs, tem mudado o rumo de muitas sociedades causando e sendo definidoras nos processos eleitorais, percebemos com isso a elevação da violência, discursos de ódio, intolerâncias, fanatismos religiosos e o crescimento de uma onda de valores conservadores. Precisamos fortalecer e divulgar observatórios de acompanhamento da desinformação e violações de direitos humanos na mídia.

O aprimoramento das tecnologias de manipulação de vídeos e áudios podem levar a desinformação a outro patamar com as chamadas “deepfakes”. É preciso, portanto, acompanhar de perto estes avanços e promover um diálogo mais aprofundados sobre este tema. Também precisamos estar atento ao que acontece nos debates do legislativo e judiciário sobre este tema.



Com a instituição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e a participação da sociedade civil na mesma, enxergamos um espaço a ser priorizado pelas entidades preocupadas com esta questão, devemos buscar uma aproximação com os nossos representantes neste espaço.

Ações prioritárias:

- 1) Defender o caráter multissetorial do Comitê Gestor da Internet (CGI) e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e a importância da transparência nas ações destes órgãos de participação popular;
- 2) Defender a Lei de Acesso à Informação e exigir sua observância em todos os níveis e esferas de poder;
- 3) Cobrar dos órgãos competentes a proteger as comunicações estratégicas do Estado e os dados pessoais de todos (as) os (as) brasileiros (as), denunciando toda vez que recebermos alerta de violação;
- 4) Realizar um encontro específico para tratar deste tema tão importante, convidando para participar, o Governo, representantes da academia e os representantes da sociedade civil no CGI e na ANPD;
- 5) Seguir participando e construindo a Coalizão Direitos na Rede (CDR), atuando e incidindo nas agendas prioritárias do FNDC no campo dos direitos digitais.

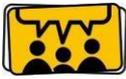
3) FORTALECER A COMUNICAÇÃO PÚBLICA, COMUNITÁRIA E ALTERNATIVA DE COMUNICAÇÃO

a) Comunicação Comunitária, Alternativa e Sindical

Na perspectiva de avançarmos na luta pelo fortalecimento da Comunicação Comunitária e Alternativa devemos:

- Recolocar na pauta o processo de distribuição dos Canais da Cidadania, pressionando para que haja um Plano Nacional de Outorgas (PNO) para estes canais, com garantias de ampla participação social;
- Discutir a ocupação do canal comunitário DTH em audiências públicas;
- Defender a implementação do Canal da Cidadania na TV Digital;
- Exigir a publicação de um novo PNO para rádios comunitárias em territórios tradicionais, quilombolas, indígenas e assentamentos da reforma agrária;
- Lutar pela criação do Fundo Nacional de Comunicação Pública, com percentual deste fundo sendo dedicado às comunicações de caráter associativo e comunitário;
- Lutar pela descentralização das verbas publicitárias governamentais em âmbito Municipal, Estadual e Federal, cobrando o estabelecimento de critérios democráticos e transparentes que contemplem distribuição de verbas regionalmente e que incorporem percentuais destinados à comunicação alternativa, comunitária e popular;
- Lutar pela implementação de leis de fomento em âmbito Municipal, Estadual e Federal para o desenvolvimento da comunicação comunitária (radiodifusão, veículos impressos e meios digitais) criando mecanismos de regulamentação para sua execução;

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC



- Lutar pela implementação da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP), democratizando o financiamento e outras medidas;
- Lutar pela valorização do trabalho dos profissionais da comunicação, contra a precarização dos contratos de trabalho pelas empresas de assessoria, impedindo as fraudes, a pejotização e a terceirização.

b) Comunicação Pública

Manter as ações de defesa e reconstrução da EBC, tendo como base as ações apontadas no relatório final do Seminário que tratou da reconstrução da EBC e foi entregue a equipe de transição (<https://ouvidoriacidadaebc.org/caderno-de-propostas-para-a-reconstrucao-da-ebc-e-da-comunicacao-publica/>), construindo ações de âmbito institucional junto ao Governo federal, estaduais e municipais, articulando audiências nas casas legislativas das três esferas, bem como manter a articulação em torno da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública.

Reivindicar, conjuntamente com a Frente em defesa da EBC, a imediata reinstalação do Conselho Curador da EBC - extinto em 2016 - como espaço estratégico de participação social e de afirmação do caráter público da EBC.

Incentivar e orientar os comitês do FNDC a organizarem audiências públicas e/ou debates nos Estados para discutir o fortalecimento da comunicação pública e denunciar o desmonte das emissoras públicas estaduais tais como: RTV Cultura, Fundação Piratini, TV Pernambuco etc.

Os comitês do FNDC devem participar das articulações em seus Estados em torno de construção de redes de governança e compartilhamento de conteúdo da comunicação pública, a exemplo do que acontece no Nordeste, visando fortalecer a comunicação pública em âmbito regional.

O FNDC deve se apresentar para ser o ator de concertação dos atores, entidades e movimentos (especialmente populares, de classe e acadêmicos) que buscam incidir nas políticas públicas de comunicação, especialmente na agenda legislativa.

O FNDC deve priorizar a aproximação com coletivos e movimentos étnico-raciais de comunicação, a exemplo da Cojira – Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial.

Defender junto ao governo federal estratégias que apresentem o direito à comunicação dos usuários das políticas sociais por meio de uma política de comunicação que combata a desinformação.